

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0004295-17.2012.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Paulo Roberto Almas de Jesus**

VISTOS.

PAULO ROBERTO ALMAS DE JESUS, qualificado a fls.84, foi denunciado como incurso no art.171, "caput", do Código Penal, porque entre novembro de 2010 e novembro de 2011, em locais e horários indeterminados, dentro desta comarca de São Carlos, agindo como advogado, obteve para si vantagem ilícita em prejuízo de Mariana Miller e Raquel Cristina Miller, no valor aproximado de R\$11.363,00 (fls.13/14), induzindo-as e mantendo-as em erro mediante meio fraudulento, consistente em pedir-lhes (e obter) dinheiro para pagamento de custas processuais e perícias em razão de contrato de prestação de serviços advocatícios, quando na realidade o dinheiro não seria utilizado para esse fim, posto que nenhuma ação judicial foi proposta em nome das vítimas.

Recebida a denúncia (fls.90), sobrevieram citação e resposta escrita, sem absolvição sumária (fls.119), havendo ingresso de assistente de acusação (fls.125).

Em instrução foram ouvidas as vítimas, uma testemunha de acusação e, ao final, interrogado o réu (fls.126/131).

Nas alegações finais, Ministério Público e assistente de acusação pediram a condenação nos termos da denúncia; a defesa pediu a

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

absolvição, sustentando que a questão tem natureza civil, de inexecução de contrato.

É o relatório

**D E C I D O**

A vítima Mariana (fls.126) disse que todo o valor pago (R\$11.363,00) referia-se a "taxas" e não honorários advocatícios do réu, que afirmou ter ganho a causa, no valor de R\$40.000,00, mas a ação judicial nunca existiu e, portanto, o pagamento de "taxas" era, unicamente, engodo que permitiu ao réu a obtenção da vantagem ilícita.

Segundo ela, "o réu me mostrou papéis, me levando a crer que havia um valor ganho", deixando evidente fraude empregada, a fim de justificar o recebimento de elevado valor a título de "taxas" para liberação do dinheiro.

Confirmou que a irmã dela, Rachel (fls.127), gravou conversas mantidas com o réu, as quais foram transcritas a fls.168/197.

Rachel (fls.127), por sua vez, confirmou que o réu lhes pediu dinheiro, várias vezes, ora para custas, ora para perícia, "no decorrer de um ano"; certa vez, tendo ido com o réu ao fórum, este lhe mostrou um papel com o valor de R\$40.000,00, dizendo ser a quantia ganha pelas vítimas, valor que, no entanto, nunca lhes foi entregue, posto que nenhum processo judicial havia sido proposto, sendo a conduta do réu destinada a manter-lhes em erro, depois de todo o prejuízo causado.

Afirmou ter gravado dezesseis conversas com o acusado, que parecia "convincente naquilo que ele falava", buscando justificar os repetidos pedidos de dinheiro para custear o processo inexistente, conduta típica do delito de estelionato, no qual a vantagem ilícita somente é conseguida mediante fraude,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

engodo ou erro em que o agente induz ou mantém a vítima, que lhe entrega dinheiro na ilusão de que o faz para determinado fim quando na realidade o objetivo do recebedor é outro.

Sebastiana (fls.129) é colega de trabalho de Rachel e lhe emprestou dinheiro (R\$7.500,00) para que ela pagasse o advogado-réu, indicando que a vítima, de fato, confiava no denunciado que, no entanto, enganou a vítima dizendo que havia um processo na justiça.

Interrogado (fls.130/131), o réu negou a prática dos fatos, embora diga que, de fato, não propôs a ação judicial esperada, dizendo que não havia provas para a propositura, tendo avisado as vítimas deste fato.

Sua palavra, no entanto, mostra-se inverossímil. Não explica o denunciado porque recebeu os valores comprovados a fls.13/14; Não há falsidade documental demonstrada e, portanto, os referidos documentos provam o recebimento de valores pelo réu.

Mas não é só.

A transcrição de conversa entre uma das vítimas e o réu, juntada a fls.168/197, indica que havia, mesmo, uma relação profissional – mal sucedida - entre elas e o denunciado, na qual as ofendidas esperaram pelo recebimento de um dinheiro que nunca viria para suas mãos.

Nessas circunstâncias, não houve mero ilícito civil, nem falta de dolo do estelionato; não se trata de conduta atípica, mas de bem caracterizado estelionato, com presença da fraude (mentira, indução e manutenção das vítimas em erro) para a obtenção da vantagem patrimonial ilícita.

A condenação é de rigor, observando-se, na



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

dosagem da pena, a reincidência (fls.104/105), com uma única condenação. A certidão de fls.107 revela processo com prescrição da pretensão punitiva, não subsistindo, em razão dele, a condenação imposta em primeiro grau, que não pode ser utilizada para caracterização de mau antecedente ou reincidência.

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a ação e condeno Paulo Roberto Almas de Jesus como incurso no art.171, "caput", c.c. art.61, I, do Código Penal.

Passo a dosar a pena.

Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, considerando o valor alto do prejuízo causado às vítimas (R\$11.363,00), que até empréstimo fizeram para entregar tal dinheiro ao réu, circunstância que revela maior dano a elas e maior reprovabilidade da conduta do denunciado, fixo-lhe a pena-base acima do mínimo legal, em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão, mais 15 (quinze) dias-multa, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária.

Pela reincidência (fls.104/105), elevo a sanção em 1/6, perfazendo a pena definitiva de 01 (um) ano e 09 (nove) meses de reclusão, mais 17 (dezessete) dias-multa, calculados cada um no valor mínimo legal.

Diante da reincidência, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, nos termos do art.33, e parágrafos, do Código Penal.

Presentes os requisitos legais, considerando que não há reincidência específica e a medida é socialmente recomendável, no intuito da ressocialização, e também favorece a reparação do prejuízo causado às vítimas,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

substituo a pena privativa de liberdade por: a) uma de prestação de serviços à comunidade, em local a ser oportunamente especificado e b) uma de prestação pecuniária, em favor das vítimas, ora fixada em 08 (oito) salários mínimos.

O réu poderá apelar em liberdade.

Custas na forma da lei.

P.R.I.C.

São Carlos, 30 de setembro de 2014

André Luiz de Macedo

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**